



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: - http://www.mec.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23000.001154/2022-38

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço continuado de fornecimento, montagem, remanejamento, reparo e complementação de divisórias, com fornecimento de materiais, inclusive ferragens e complementos para atender às necessidades do Ministério da Educação - MEC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	DISCRIMINAÇÃO	Un.	Quantidade Estimada/ano	Valor Unitário Máximo (R\$)
1	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de alumínio com pintura eletrostática cor preto fosco, modulação de 1,25m na largura, espessura de 60mm a 75mm, com painéis de saque frontal de MDF de 15mm em ambas as faces, acabamento melamínico texturizado, cor ou padrão madeira a escolher, com respectivo acabamento de bordas/topo na mesma cor/padrão. Painéis lisos ou com frisos horizontais 10mm x 3mm em preto fosco. Miolo maciço em poliestireno expandido. Colunas e rodapés conforme encarte "A" do Termo de Referência. Altura conforme projeto.	m²	2.000	320,00
2	Fornecimento e montagem de quadros de alumínio com vidro de 4mm, revestidos com película padrão veneziana horizontal, pintura igual à da estrutura das divisórias. Medidas de 1,25m x 1,02m, moldura 40mm.	und.	300	1.254,00
3	Fornecimento e montagem de quadros de alumínio com vidros de 4mm duplos, incolores, micropersianas internas de 16mm, com comando externo. Pintura igual à da estrutura das divisórias. Medidas de 1,25m x 1,02m, moldura 40mm.	und.	50	1.002,00
4	Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de alumínio com pintura eletrostática cor preto fosco, modulação de 1,25m na largura, espessura de 35mm, com painéis de saque frontal de MDF de 15mm em uma das faces, acabamento melamínico texturizado, cor ou padrão madeira a escolher, com respectivo acabamento de bordas/topo na mesma cor/padrão. Painéis lisos ou com frisos horizontais 10mm x 3mm em preto fosco. Miolo maciço em poliestireno expandido. Colunas e rodapés conforme encarte "A" do Termo de Referência. Altura conforme projeto.	m²	300	480,00
5	Serviços de desmontagem de divisórias (todos os tipos), quadros de vidro e demais componentes com reaproveitamento de placas de MDF, estruturas metálicas e rodapés, existentes nas dependências do MEC.	m²	3.500	15,00
6	Serviços de montagem de divisórias e painéis (todos os tipos), quadros de vidro e demais componentes metálicos, com reaproveitamento de placas de MDF, estruturas metálicas e rodapés, com ajustes e cortes de materiais existentes nas dependências do MEC.	m²	2.500	27,50
8	Fornecimento e instalação de acabamento de borda (fitamento) para MDF de 15mm, acabamento melamínico texturizado, cor ou padrão madeira a escolher, em painéis reaproveitados, conforme item 6 ou manutenção em divisórias existentes.	m	500	9,00
9	Fornecimento e instalação de MDF 15mm modulação de 1,25m na largura, acabamento melamínico texturizado, com respectivo acabamento de bordas, cor ou padrão madeira a escolher.	m²	200	380,00
10	Fornecimento e montagem de perfis de alumínio com pintura eletrostática cor preto fosco, modulação de 1,25 m na largura, espessura de 60mm a 75mm. Colunas e rodapés conforme encarte "A" do Termo de Referência. Altura conforme projeto.	m²	200	250,00
11	Fornecimento e instalação de portas estruturadas em madeira e perfis de aço com pintura eletrostática cor preto fosco ou cinza, revestidas em ambas as faces com placas rígidas melamínicas de baixa pressão, cor ou padrão madeira a escolher, miolo do tipo colmeia, espessura de 35mm, dimensões de 81cm x 211cm. Inclui dobradiças 85 mm / 3 ½ " (cinza, cromado ou preto) e demais elementos de fixação.	und.	150	2.000,00
12	Fornecimento e instalação de conjunto de ferragens completo para portas, constando de fechadura tubular com chave externa e botão interno, acabamento preto ou cromado, para portas 35mm.	und.	150	598,00
13	Fornecimento e montagem de coluna semicircular para canto, 90°, 60mm x 60mm perfil de alumínio anodizado com pintura eletrostática nas cores preto ou cinza.	m	100	180,00
14	Fornecimento e montagem de tubo com seção de 80mm x 60mm, com passagem interna de cabos lógicos e elétricos, com acesso em duas das faces. Perfil de alumínio com pintura eletrostática, cores preto ou cinza claro.	m	100	180,00
15	Confecção de guichês estruturados em alumínio e MDF 15mm, com janela de vidro liso incolor 4mm e portas em laminado texturizado, cor ou padrão madeira a escolher, com respectivo acabamento de bordas/topo na mesma cor/padrão, com fechadura e trinco, conforme modelos existentes nos edifícios administrados pelo MEC, nas medidas de 1,25m x 2,11m.	und.	10	1.300,00
16		m²	400	140,00

	Fornecimento e aplicação de painéis em lã de PET branca de formato 600mm x 1200mm x 50mm para tratamento acústico, densidade 35kg/m³, em fibra 100% poliéster, aplicadas entre as faces das divisórias, devendo conter na parte superior vedação com borracha ou neoprene.			
17	Fornecimento e montagem de montante duplo em perfil de alumínio com pintura eletrostática nas cores preto ou cinza.	m	25	180,00
18	Fornecimento de rodapés em perfil de alumínio com pintura eletrostática nas cores preto ou cinza.	m	50	170,00
VALOR TOTAL (R\$)				

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 1.3. Os quantitativos estimados dos itens estão discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, sendo contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PAC 2022, item 541.
- 1.7. Integram este Termo de Referência os encartes:
- 1.7.1. Encarte "A" – Modelo de Proposta de Preços;
- 1.7.2. Encarte "B" – Modelo de Ordem de Serviços;
- 1.7.3. Encarte "C" – Modelo de declaração de Vistoria;
- 1.7.4. Encarte "D" – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
- 1.7.5. Encarte "E" – Modelo de Recebimento Provisório;
- 1.7.6. Encarte "F" – Modelo de Recebimento Definitivo;
- 1.7.7. Encarte "G" – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental; e
- 1.7.8. Encarte "H" – Modelo de Declaração de Parentesco.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação visa suprir as necessidades de alterações, adaptações e correções nos espaços físicos das edificações do MEC, visando atendê-las por meio da disponibilidade de materiais e mão-de-obra. Trata-se de serviço permanente e rotineiro, que busca a melhoria de ambientes e a padronização de espaços. Além disso, esse serviço possibilitará alteração das divisórias já desgastadas em razão do uso e do tempo e complementar as áreas já reformadas, melhorando significativamente a funcionalidade e o conforto das equipes de servidores e demais colaboradores que desempenham suas atividades, além de revitalizar as dependências físicas, mantendo o patrimônio.
- 2.2. A elaboração de novos *layouts* otimiza os setores, segmentando as áreas para melhor adequação das Secretarias, já que, muitas vezes, com a falta de espaço interno, esse serviço acaba por oferecer soluções que garantem a maior fluidez e condições de trabalho nos prédios da instituição.
- 2.3. As quantidades exigidas para cada tipo de divisória foram calculadas com base na média das necessidades apresentadas pelo MEC, em exercícios anteriores. Assim, com base na média, foi calculada a previsão para os próximos 12 (doze) meses, motivadas, também, pela reestruturação contínua das dependências dos edifícios do Ministério da Educação, no que concerne ao fornecimento de divisórias e painéis de acabamento.
- 2.4. A prestação dos serviços será nos ambientes localizados nas edificações do Ministério da Educação, compreendendo: o Ed. Sede, Ed. Anexos I e II, Ed. Garagem e Conselho Nacional de Educação.
- 2.5. O Ministério da Educação não possui recursos materiais e ferramentas/equipamentos necessários à execução das atividades, nem dispõe de recursos humanos para sua montagem e instalação, devendo recorrer ao mercado fornecedor para a contratação dos referidos serviços e materiais.
- 2.6. A modernização dos espaços físicos do Ministério da Educação se faz necessária para substituir as divisórias já desgastadas em razão do uso e do tempo e para complementar as áreas já reformadas, que melhoraram significativamente a funcionalidade e o conforto das equipes de servidores e demais funcionários que desempenham suas atividades.
- 2.7. Junto à modernização, a elaboração de novos layout setorizando as áreas para melhor adequação das Secretarias otimiza os setores, muitas vezes com falta de espaço, e oferece mais fluidez e melhores condições de trabalho nos prédios da instituição.
- 2.8. A contratação padronizará as instalações internas com divisórias similares as novas, já utilizadas nos últimos anos e revitalizará as dependências físicas do MEC.
- 2.9. Este serviço deve ser realizado de forma contínua, evitando-se o risco de descontinuidade no atendimento dos serviços de desmontagem e montagem de divisórias e demais serviços correlatos, com ou sem fornecimento de materiais, que são demandados rotineiramente pelos diversos setores do MEC, possibilitando a adequação imediata dos ambientes à dinâmica de ocupação de cada área.
- 2.10. A contratação em caráter global, em item único, é do interesse do MEC, considerando que o gerenciamento centralizado dos serviços e do fornecimento dos materiais promove maior eficiência na fiscalização e na gestão do contrato, além de permitir ganho de economia de escala na contratação, tendo em vista que a CONTRATADA deverá inserir, nos custos, a logística de atendimento, minimizando o tempo de entrega dos materiais.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A aplicação de todos os materiais especificados deverá ser feita seguindo rigidamente as instruções do respectivo fabricante.
- 3.2. No fornecimento, montagem e desmontagem das divisórias será considerado o m² (metro quadrado) efetivamente colocado ou remanejado, aprovado pelo fiscal do contrato, desconsiderando-se as perdas de colocação ou remoção.
- 3.3. As divisórias serão confeccionadas em módulos e montadas de forma que possam ser facilmente desmontadas e reutilizadas, quando necessário, em outros espaços, gerando economia de recursos e maior rapidez na sua implantação/modificação.
- 3.4. Cada módulo deverá ser estruturado em perfil de alumínio com pintura eletrostática na cor das divisórias já existentes ou no padrão madeira; modulação de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) na largura; espessura de 60mm (sessenta milímetros) a 75mm (setenta e cinco milímetros); com painéis de saque frontal de MDF de 15mm (quinze milímetros) em ambas as faces; acabamento melamínico texturizado; painéis lisos ou com frisos horizontais 10mm (dez milímetros) x 3mm (três milímetros) em preto fosco; miolo maciço em poliestireno expandido; colunas e rodapés para acabamentos.
- 3.5. Os módulos executados em formato padrão facilitam o desmonte e a reutilização do material em áreas diferentes da inicialmente planejada, proporcionando economia e agilidade.

- 3.6. Os quadros de vidro que irão compor as divisórias serão em alumínio, com vidro 4mm (quatro milímetros), revestidos com película padrão veneziana horizontal, pintura igual a da estrutura das divisórias ou com vidros duplos de 4mm (quatro milímetros) incolores, com micropersianas internas de 16mm (dezesseis milímetros), com comando externo, pintura igual a da estrutura das divisórias e moldura de 40mm (quarenta milímetros).
- 3.7. Os painéis do tipo “lambri” obedecem as mesmas características dos painéis convencionais descrito acima, excetuando a espessura, que será de 35mm (trinta e cinco milímetros), uma vez que terão somente uma face.
- 3.8. Serão confeccionados guichês estruturados em alumínio e MDF 15mm (quinze milímetros), com janela de vidro liso 4mm (quatro milímetros) e portas em laminado texturizado, com fechadura e trincos.
- 3.9. Para o reaproveitamento/reutilização das divisórias, também, será CONTRATADA a possibilidade de montagem e desmontagem das divisórias existentes neste Ministério.
- 3.10. As portas deverão ser estruturadas em madeira e perfis de aço com pintura eletrostática na cor preto fosco ou cinza, revestidas em ambas as faces com placas rígidas melamínicas de baixa pressão, cor ou madeira a escolher; o miolo será do tipo colmeia, com espessura de 35mm (trinta e cinco milímetros) e dimensões de 81cm (oitenta e um centímetros) x 211cm (duzentos e onze centímetros). Devem ser incluídas as dobradiças 85mm/ 3 ½” (oitenta e cinco milímetros por três meios), nas cores cinza, cromado ou preto e demais elementos de fixação.
- 3.11. Para fixação e acabamentos das divisórias, portas e quadros de vidro, serão utilizados tubos de seção 80mm (oitenta milímetros) x 60mm (sessenta milímetros), conjuntos de ferragens para porta completos, coluna semicircular para canto 90° (noventa graus), 60mm (sessenta milímetros) x 60mm (sessenta milímetros), tratamento acústico com placas de lã de rocha de 40mm (quarenta milímetros), densidade 40kg/m³ (quarenta quilogramas por metro cúbico), que serão aplicadas entre as faces das divisórias, rodapés, baguetes e perfis de alumínio que complementarão os serviços finais.
- 3.12. Será finalizado o prazo de atendimento quando do término da instalação de todos os materiais, nas quantidades e locais determinados na respectiva Ordem de Serviços.
4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, a ser CONTRATADO mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços CONTRATADOS enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do MEC.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre esses que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.4. O critério de julgamento será do tipo menor preço global, forma prevista no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993.
5. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto em quantidades, características e prazos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nas entidades profissionais competentes; e
- 5.1.2. Atender aos critérios de qualificação econômico-financeiras descritos na IN SEGES/ME nº 05, de 25 de maio de 2017, de modo a evitar ou diminuir os riscos da contratação e sua execução.
- 5.2. A CONTRATADA deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, o que engloba:
- 5.2.1. Possuir equipamentos, ferramental e pessoal técnico capacitado, adequado e suficiente para a realização dos serviços especificados, além de que tem conhecimento da complexidade, dos aspectos relativos aos serviços e demais informações necessárias para a execução do objeto responsabilizando-se pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.
- 5.2.2. Disponibilizar equipes de profissionais adequados, não sendo permitido, por exemplo, equipe composta apenas de ajudantes para serviços em divisórias, devendo obrigatoriamente haver profissional montador habilitado.
- 5.2.3. Relativamente ao material fornecido:
- 5.2.3.1. As divisórias a serem fornecidas e demais serviços a serem executados, devem seguir o padrão existente nas instalações do MEC e obedecer às normas, procedimentos e códigos a eles aplicáveis, em especial às observadas pela ABNT 15141:2008.
- 5.2.3.2. A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo de material relativo a manutenção de divisórias e demais produtos, para que a execução dos serviços não sofra descontinuidade.
- 5.3. O objeto deste Termo de Referência define-se como serviço comum, de caráter continuado, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, cabendo a licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, enquadrando-se nos termos das seguintes normas legislativas:

- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações subsequentes, que instituem normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências;
- Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, altera dispositivos das Leis: no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
- Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal;

- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Instrução Normativa SEGES/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa nº 49, de 30 de junho de 2020, que altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal;
- IN Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral;
- IN SEGES/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017, dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de junho de 2018, que dispõe sobre cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Normativa Conjunta RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços;
- Orientações do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão 1.233/2012 – plenário, Acórdão 310/2013 TCU – plenário), além de outros normativos e orientações dos órgãos de controle interno das entidades públicas;
- Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, publicada no DOU, em 10 de março de 2016, que institui o rito do processo administrativo de apuração de responsabilidades dos fornecedores no âmbito deste Ministério;
- [Portaria MEC nº 1.4787/2014](#), de 27 de novembro de 2014; e
- Demais normas aplicadas subsidiariamente às elencadas acima.
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 4ª Edição, Ago/2021.

6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Para amenizar possíveis impactos ambientais a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no que couber, tais como:

- a) Fornecer materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- b) Usar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- c) Garantir a origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- d) Utilizar produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- e) Acondicionar os materiais em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando, de preferência, materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- f) Separar os resíduos recicláveis descartáveis e destiná-los a associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

7. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o interessado poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas, devendo agendá-la na Coordenação de Obras e Suporte Técnico/CGRL/SAA/SE/MEC, pelo telefone (61) 2022 7335/7132.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o interessado ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.4. O interessado deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.5. Será emitida Declaração de Vistoria, conforme modelo do Encarte "C" deste Termo de Referência, em conformidade com o inciso III, do art. 30, da Lei nº 8.666, de 1993, examinando as áreas e tomando ciência das características e peculiaridades dos serviços.

8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços se dará por demanda, conforme solicitações do CONTRATANTE, por meio e emissão de ordem de serviços, conforme Encarte "B" - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO, devidamente assinadas pelo fiscal do contrato, que deverão conter descrição detalhada, quantidades, local, prazo de execução dos serviços e identificação do solicitante. As Ordens de Serviços poderão ser encaminhadas para a empresa via e-mail ou entregues pessoalmente.

8.2. Antes da emissão das Ordens de Serviços será solicitado orçamento prévio à CONTRATADA, que terá 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação formal, para responder e apresentá-lo à fiscalização do contrato.

8.2.1. Após o recebimento da solicitação para elaboração do orçamento, a CONTRATADA deverá comparecer ao local do trabalho para realização de medição. Caso o local não esteja acessível para a medição, esse fato deverá ser comunicado à fiscalização do contrato.

8.2.2. As medições dos serviços deverão ser realizadas na presença do fiscal ou por pessoa por este designada.

8.3. Depois de aprovado o orçamento, o fiscal do contrato deverá encaminhar a respectiva Ordem de Serviços à CONTRATADA para que o serviço seja executado, podendo fazê-lo presencialmente ou por correspondência eletrônica.

8.4. O fiscal assinará cada Ordem de Serviço na data em que for encaminhada à CONTRATADA, sendo que, a partir dessa data será iniciada a contagem dos seguintes prazos de entrega, conforme prazos a seguir estabelecidos:

8.4.1. Serviços e materiais envolvendo mão-de-obra para desmontagem ou montagem, **sem fornecimento de material**:

- Até 25 m² (vinte e cinco metros quadrados): prazo de 24h (vinte e quatro horas);
- Acima de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) e até 100,00 m² (cem metros quadrados): prazo de 3 (três) dias corridos;
- Acima de 100 m² (cem metros quadrados) e até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados): prazo de 7 (sete) dias corridos;
- Acima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados): prazo de 15 (quinze) dias corridos.

8.4.2. Serviços e materiais envolvendo mão-de-obra para montagem, com fornecimento de peças novas:

- Até 50 m² (cinquenta metros quadrados): prazo de 5 (cinco) dias corridos;
- Entre 51 m² (cinquenta e um metros quadrados) e 120 m² (cento e vinte metros quadrados): prazo de 10 (dez) dias corridos;
- Acima de 120 m² (cento e vinte metros quadrados): prazo de 20 (vinte) dias corridos.

8.5. O prazo de atendimento será considerado "finalizado" no término da instalação de todos os materiais, nas quantidades e locais determinados na respectiva Ordem de Serviços.

8.6. O serviço será considerado "concluído", somente quando o fiscal designado efetuar o aceite do serviço em sua respectiva Ordem de Serviços.

8.7. Os serviços poderão ser "rejeitados", no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. **DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Item 1.1 deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário e demais equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

10. **DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

10.1. Todas as informações necessárias para o correto dimensionamento das propostas estão incluídas no Encarte "A".

10.2. A prestação dos serviços será nos ambientes localizados nas edificações do Ministério da Educação, compreendendo o Ed. Sede, Ed. Anexos I e II, Ed. Garagem e Conselho Nacional de Educação.

11. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/ME n. 5, de 2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

11.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

11.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União - AGU para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, fornecer os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE e suas unidades, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no CONTRATANTE e suas unidades, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/ME n. 5, de 2017.
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 12.8. Comunicar, por escrito, ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Apresentar no ato de assinatura os seguintes documentos e comprovações:
- 12.16.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em plena validade;
- 12.16.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente de pessoal, um responsável técnico legalmente habilitado e inscrito perante o CREA ou CAU.
- 12.16.3. Para a devida comprovação de vínculo empregatício será aceito:
- 12.16.3.1. Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstrem o número de registro da contratação ou o Contrato de Trabalho, firmado em conformidade com a previsão da Consolidação das Leis Trabalhistas;
- 12.16.3.2. Em caso de vínculo societário: Ato Constitutivo da empresa licitante, registrado no Órgão de Registro de Comércio ou de Pessoa Jurídica competente, do domicílio ou sede da licitante. Contrato de prestação de serviços vigente, entre o licitante e o profissional; responsável técnico pelos serviços e que tenha registro no CREA ou CAU (conforme Acórdão nº1110/2007 – TCU/Plenário);
- 12.16.3.3. Comprovação de quitação de anuidade válida perante o CREA ou o CAU de pessoa física (Responsável técnico da licitante) e pessoa jurídica (em nome da CONTRATADA).
- 12.17. Manter, durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.23. Encarregar-se da limpeza do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização. Nenhum material poderá ser deixado em áreas de circulação ou nos locais de execução dos serviços, após o término das atividades.
- 12.23.1. Os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho serão recolhidos em recipientes apropriados, destinados a instituições credenciadas para coleta seletiva, sob responsabilidade do CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a conclusão dos serviços.
- 12.23.2. Em decorrência da necessidade de manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção, o corte e ajuste de peças e componentes da divisórias, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), que deixem sujeira e exalem cheiros fortes (cola, pintura), deverão ser feitos em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização.
- 12.24. Sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus colaboradores, aos servidores do MEC e a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.
- 12.25. Os colaboradores da empresa CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados, identificados com crachá e usar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) requeridos para o desempenho de cada atividade, que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, responsabilizando-se por quaisquer danos que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o MEC, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus funcionários ou de quem estiver credenciado a agir em seu nome.
- 12.26. Quando a Administração não achar conveniente a execução dos serviços no horário comercial, de 8h às 18h, a CONTRATADA deverá programar junto à Fiscalização o trabalho nos seguintes horários e dias alternativos:
- 12.26.1. Durante a semana após as 18h;
- 12.26.2. Nos finais de semana; e/ou
- 12.26.3. Nos feriados.

12.27. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. O preposto indicado deverá apresentar vínculo formal com a CONTRATADA e não poderá ser substituído sem o conhecimento da fiscalização.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no item 5.2 deste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante do CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Encarte "D" - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/ME nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- 16.2.1. Não produziu os resultados acordados;
- 16.2.2. Deixou de executar as atividades CONTRATADAS, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.2.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, de acordo com o Encarte "E", da seguinte forma:

17.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os

indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA para que emita a nota fiscal/fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, por meio de ordem bancária, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas, cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor CONTRATADO, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. Prazo de validade;

18.5.2. Data da emissão;

18.5.3. Dados do contrato e do CONTRATANTE;

18.5.4. Período de prestação dos serviços;

18.5.5. Valor a pagar; e

18.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/ME n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento por serviços prestados, a qualquer título, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo pagamento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

19. DO REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente CONTRATADOS são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 2,5 % (dois e meio por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

20.2.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/ME n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

20.12. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Com fundamento na Portaria nº 120, de 2016, do Ministério da Educação; no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002; e, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no Termo/Contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- 21.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 21.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- 21.1.5. Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- 21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;
- 21.1.7. Fizer declaração falsa;
- 21.1.8. Cometer fraude fiscal; ou
- 21.1.9. Incurrir em qualquer prática vedada no artigo 11 da Portaria MEC nº 120, de 2016.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666, de 1993 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa;

21.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;

21.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 10º da Portaria nº 120, de 2016, sendo possível a aplicação de:

21.5.1. Advertência.

21.5.2. Multa de:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato;
- f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

21.5.3. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b" com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato.

21.6. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, conforme o art. 7º, da Portaria nº 120, de 2016 do MEC, observada a seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- b) mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA;
- c) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

21.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente;

21.8. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte;

21.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.10. No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento ou seja, na fase de defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente, até a decisão final da defesa prévia e/ou prazo recursal, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito em parte ou no todo pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final;

21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120, de 2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999;

21.12. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo de Referência/Contrato poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

21.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

21.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

21.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

21.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

21.17. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor da União, deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

21.18. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

21.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Para fins de comprovação da capacidade técnico - operacional, considerando que os materiais solicitados necessitam de mão de obra específica, a empresa licitante deverá fornecer:

22.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante fornecido o produto pertinente e compatível com o objeto deste Termo, em características, quantidades e prazos. Considerar-se-á compatíveis os atestados que comprovem o fornecimento de 40% (quarenta por cento) da soma dos itens 1, 4 e 5 previstos no Encarte "A" deste Termo, por serem os mais relevantes para o Órgão.

22.3.2. Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

22.3.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do anexo VII-A da IN SEGES/ME nº. 5, de 2017.

22.3.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

22.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, que deverão estar assinados por pessoa que represente o respectivo CONTRATANTE.

22.4. Deverá também ser apresentada 1 (uma) declaração formal de disponibilidade de equipamentos, ferramental, instalações físicas apropriadas e pessoal técnico especializado para realização dos serviços do objeto, conforme preceitua o § 6º do Art. 30 da Lei 8666, de 1993.

22.5. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar e eventuais subsequentes deverá apresentar protótipo/amostra para averiguação da padronização e da qualidade dos materiais fornecidos, em conformidade com as especificações constantes no Item 1 da planilha - Objeto da contratação, deste Termo de Referência:

"Fornecimento e montagem de divisórias removíveis, estruturadas em perfis de alumínio com pintura eletrostática cor preto fosco, modulação de 1,25 m na largura, espessura de 60 mm a 75 mm, com painéis de saque frontal de MDF de 15 mm em ambas as faces, acabamento melamínico texturizado, cor ou padrão madeira a escolher, com respectivo acabamento de bordas/topo na mesma cor/padrão. Painéis lisos ou com frisos horizontais 10 mm x 3 mm em preto fosco. Miolo maciço em poliestireno expandido. Colunas e rodapés conforme encarte "A" do Termo de Referência. Altura conforme projeto".

22.5.1. O protótipo deverá compor um conjunto nas dimensões 30cm (trinta centímetros) x50cm (cinquenta centímetros) (Altura x Largura) que contenha os perfis de alumínio e os 2 (dois) painéis de saque frontal de MDF de 15 mm (quinze milímetros) em ambas as faces, bem como o respectivo acabamento de borda, na cor branca;

22.5.2. A apresentação do protótipo/amostra deverá ocorrer em até 8 (oito) dias úteis após a apresentação da proposta;

22.5.3. A entrega do protótipo deverá ser previamente agendada por meio dos telefones (61) 2022 7109 ou 2022 2094, dentro do prazo previsto neste item 22.5.2;

22.5.4. O protótipo, nos padrões definidos no item 22.5.1 acima, será analisado pela área técnica que manifestará pela aprovação (ou não) do material apresentado em 03 (três) dias úteis;

22.5.5. Caso o protótipo apresentado não seja aprovado, o fornecedor poderá apresentar novo protótipo, em até 48h (quarenta e oito horas) após a comunicação da reprovação;

22.5.6. O protótipo aprovado pela área técnica servirá de referência para verificação da entrega do material referente ao respectivo contrato e ficará retido na área técnica até o final da vigência do respectivo contrato, para auxiliar nas conferências e inspeções a serem realizadas no recebimento do mesmo.

22.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.6.1. **Valor Global: R\$ 1.939.750,00 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil setecentos e cinquenta reais).**

22.6.2. Valores unitários: conforme tabela do Item 1.1 deste Termo de Referência.

22.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

23.1. O preço estimado da contratação é igual ao valor global máximo, composto pelo somatório de todos os valores unitários, descritos na tabela do Item 1.1 deste Termo de Referência.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício.

24.2. As contratações para o exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria, prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao Órgão Gerenciador na Lei Orçamentária da União.

25. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a execução do objeto deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

25.2. Dúvidas na interpretação deste Termo de Referência poderão ser esclarecidas pelo correio eletrônico: **cglc@mec.gov.br**, subsidiado pela área demandante.

25.3. O esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados à presente licitação serão divulgados mediante publicação de notas na página web, no endereço www.mec.gov.br, no link "Acesso à informação/Licitações e Contratos", bem como no sítio eletrônico Compras Governamentais, ficando os interessados obrigados a acessá-la para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

25.4. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Termo, mas necessários à execução total dos serviços e ao seu perfeito acabamento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

25.5. O Foro para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente termo é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF.

25.6. Declaramos pela responsabilidade da elaboração do Termo de Referência, estando esse adequado ao que dispõe aos Incisos I e II do Art. 8º do anexo I do Decreto 3.555, de 2000.

Renato Câmara Fernandes de Oliveira – Integrante Requisitante;
Wladimir Xavier Drummond – Integrante Requisitante Substituto;
Esrom Gonçalves Rodrigues – Integrante Técnico; e
Hélio Barbosa da Silva – Integrante Administrativo.

De acordo, encaminhe-se para aprovação do Termo de Referência pela unidade demandante.

VANESSA TORRES DANTAS
Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

25.7. Com base no inciso II do art. 14 do Decreto 10.024, de 2019, aprovo o Termo de Referência, pelos seus próprios fundamentos e pela necessidade do serviço.

VINÍCIUS PEREIRA ANDRADE
Coordenador-Geral de Recursos Logísticos



Documento assinado eletronicamente por **Esrom Gonçalves Rodrigues, Servidor(a)**, em 11/07/2022, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helio Barbosa da Silva, Chefe de Serviço**, em 11/07/2022, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Wladimir Xavier Dezouart Drummond, Servidor(a)**, em 12/07/2022, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Camara Fernandes de Oliveira, Servidor(a)**, em 12/07/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Torres Dantas, Coordenador(a)-Geral**, em 12/07/2022, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Pereira Andrade, Coordenador(a)-Geral**, em 12/07/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3414787** e o código CRC **63692FFB**.